

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PATRÍCIA DA COSTA SABINO

**GÊNERO E RAÇA NA ESCOLA: A PERCEPÇÃO DAS
PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS
2016

PATRÍCIA DA COSTA SABINO

**GÊNERO E RAÇA NA ESCOLA: A PERCEPÇÃO DAS
PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Prof.^a M.^a Eveline Pena da Silva

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sabino, Patrícia da Costa

Gênero e raça na escola : a percepção das professoras da rede pública de Florianópolis / Patrícia da Costa Sabino ; orientadora, Eveline Pena Silva - Florianópolis, SC, 2017. 64 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 3. Gênero. 4. Raça. 5. Professoras. 6. Escola. I. Silva, Eveline Pena. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

PATRÍCIA DA COSTA SABINO

**GÊNERO E RAÇA NA ESCOLA: A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS DA
REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

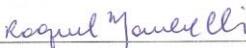
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

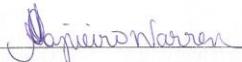
Banca Examinadora:



Raquel Mombelli



Djina Andrade Torres



Mayra Ramos de Souza Cajueiro Warren

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que diariamente buscam seu lugar no mundo, lutando contra o preconceito e a discriminação de ser mulher e negra.

AGRADECIMENTOS

Pensar em agradecimentos neste momento é um desafio. Isso porque gosto da fala que vem do coração, do sentir, e não do pensar. Gosto da fala sentida. Neste momento volto no tempo e relembro os agradecimentos feitos na escrita da dissertação de mestrado. Um agradecimento do coração, da alegria de ter fechado um ciclo em minha vida.

Assim, partindo da fala que vem do coração, quero agradecer a minha orientadora, Eveline Pena da Silva, pela orientação neste trabalho. Mas esse agradecimento vem principalmente porque vivemos conflitos, diferenças; e foi nesse conflito e diferenças que aprendemos, crescemos. Foram nossos conflitos e diferenças que me possibilitaram crescer neste trabalho, por isso meu muito obrigada.

Nesta fase final já estamos exaustas, querendo quase desistir, dizendo: Quero terminar logo! Sou imensamente grata ao Gênero e Diversidade na Escola (GDE), pois, muito mais do que conhecimento, foi uma mudança de perspectiva, um novo olhar sobre mim mesma enquanto mulher e negra.

Às/aos companheiras/os da turma Ângela Davis, valeu pelas risadas, pelas conversas, pelos desabafos e pelos churrascos pós-aulas presenciais. Essa turma foi *show!* Melhor turma do GDE.

Não poderia deixar de agradecer ao Curso de Pedagogia do Instituto Federal Catarinense (IFC), que, ao me acolher como professora, acolheu meu desejo de trabalhar as questões de gênero e diversidade. Hoje temos um grupo de estudo graças a esse acolhimento.

Agradeço à vida, aos meus ancestrais, por me possibilitarem ser quem sou e me reconhecer neste mundo. À *biodanza*, que tem fortalecido minha identidade me conectando com a minha essência, meu ser.

Aos muitos amores presentes na minha vida e que não são poucos.

Por fim, como não poderia deixar de ser, agradeço novamente, neste novo fechamento de ciclo, a você, mãe, Margot (*in memoriam*), pela presença constante, pois continuo acreditando que onde quer que estejas teu amor me guia.

Que uma mulher não pode nunca nada
isto eu já sei
É o grito da dona moral, todo dia,
no ouvido da gente
mas que eu estou pela vida, na luta
eu também sei
e meu caminho eu faço
Nem quero saber que me digam esta lei [...]

Gonzaguinha

Ser mulher e negra é minha essência, não minha
sentença

Renata Arruda

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado *Gênero e raça na escola: a percepção das professoras da rede pública de Florianópolis*, constitui-se em uma reflexão sobre as relações de gênero e raça no contexto escolar. Com o foco nas professoras, procuramos compreender a sua percepção sobre as discussões de gênero e raça, ou seja, se identifica a importância das discussões de gênero e raça na escola. Para tanto, considerando esta uma pesquisa qualitativa, corroborada com dados quantitativos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse sentido, buscamos trabalhos, produções acadêmicas que trouxessem a percepção das professoras a respeito de gênero e raça na escola. Foram usadas palavras-chave como “professora”, “gênero” e “raça” na pesquisa para identificação e seleção dos trabalhos. A escolha por apenas professoras se constituiu a partir do conceito de interseccionalidade, no caso entre gênero e raça, conforme proposto por Kimberle Crenshaw (2004), conceito esse apresentando no decorrer do trabalho. Nossa hipótese inicial foi a de que as professoras podem tanto ter uma percepção de gênero e raça na escola que contribui para o desenvolvimento de uma prática que revela a importância das discussões no espaço escolar quanto negar a importância dessa prática. Tal hipótese é atribuída ao fato de que tal percepção está atrelada aos valores sociais do sujeito, que poderão contribuir ou não para uma prática que viabilize as discussões de gênero e diversidade na escola. As categorias de análise desta pesquisa foram “gênero”, “raça”, “diversidade” e “interseccionalidade”, elementos fundantes para a compreensão da percepção das professoras. No que se refere aos resultados da pesquisa, observamos um avanço principalmente nas discussões das relações étnico-raciais no contexto escolar, já as questões de gênero ainda enfrentam embate. E, no que diz respeito à percepção das professoras, nos foram dadas algumas pistas, contudo é preciso ampliar a pesquisa.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Professoras. Escola.

ABSTRACT

The present work, entitled **GENDER AND RACE IN SCHOOL: the perception of the teachers of the public network of Florianópolis**, constitutes a reflection on the relations of gender and race in the school context. With the focus on the teachers, it is sought to understand their perception on the discussions of gender and race. That is, they identify the importance of gender and race discussions in school. For this, considering a qualitative research, corroborated with quantitative data, a bibliographical research was developed in the theses and dissertations bank of the Federal University of Santa Catarina. In this sense, we seek work, academic productions that bring the teachers' perception about gender and race in school. Key words such as teacher, gender and race were used in the research to identify and select the works. The choice of only teachers was based on the concept of intersectionality, in the case of gender and race, as proposed by Kimberle Crenshaw (2004). Concept presenting this in the course of the work. Our initial hypothesis was that teachers can both have a perception of gender and race in the school that contributes to the development of a practice that reveals the importance of the discussions in the school space, as well as those that deny the importance of the same. This hypothesis is attributed to the fact that such perception is tied to the social values of the subject, which may or may not contribute to a practice that makes gender and diversity discussions in school possible. The categories of analysis of this research were gender, race, diversity and intersectionality, founding elements for the understanding of the teachers' perception. As far as the results of the research are concerned, there is progress mainly in the discussions of ethnic-racial relations in the school context, since gender issues still face a clash. And with regard to the teachers' perception, we have been given some clues, however, the research needs to be expanded.

Keywords: Gender. Race. Teachers. School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Revisão bibliográfica: Banco de Teses e Dissertações da UFSC.....	49
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT	Admitido em Caráter Temporário
AE	Administradora Escolar
CI	Comunicação Interna
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEI	Departamento de Educação Infantil
DEF	Departamento de Ensino Fundamental
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEP	Membro da Equipe Pedagógica (diretora, administradora escolar, orientadora educacional e supervisora escolar)
OE	Orientadora Educacional
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PME	Plano Municipal de Educação
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RMEF	Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
SC	Santa Catarina
SE	Supervisora Escolar
SME	Secretaria Municipal de Educação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 ENTRE FIOS E LINHAS: O COMEÇO	23
1.2 “VELHAS” EMBARCAÇÕES: O CAMINHO JÁ PERCORRIDO	27
1.3 COSTURAR E BORDAR, OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	29
1.3.1 O cenário da pesquisa, o campo de estudo	29
1.3.2 Os instrumentos da pesquisa: construindo possibilidades	30
2 GÊNERO E RAÇA: UM CAMINHO PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES	31
2.1 GÊNERO, EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO	31
2.2 RAÇA: UM DISCURSO SOCIAL	35
2.3 DIVERSIDADE: O ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO E RAÇA	41
2.4 INTERSECCIONALIDADE: A RELAÇÃO ENTRE TODO E PARTE	44
3 GÊNERO E RAÇA NA ESCOLA: A PERSPECTIVA DAS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS – OS DADOS DA PESQUISA	47
3.1 SUBMERGIR: OS PRIMEIROS MERGULHOS	47
3.2 SUBMERGINDO: UM POUCO MAIS FUNDO	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A luta dos diversos grupos sociais pela visibilidade não é recente. Uma luta que busca a visibilidade não do olhar, como alguém que diz: Veja-me!, mas uma visibilidade que reconhece o outro, diferente de si, como um sujeito de direitos. Nessa direção, podemos pensar o movimento feminista, um movimento que remonta ao século XVIII e que busca os direitos iguais entre homens e mulheres. Outros movimentos também caminham nessa perspectiva, como o movimento negro e o movimento sem-terra, isso para citar apenas alguns exemplos.

Desse modo, os diversos grupos de estudos e pesquisas voltados para as questões de gênero e diversidade tornam-se espaços de lutas desses grupos, um caminho que possibilita dar visibilidade e voz a esses sujeitos de direitos. A produção acadêmica realizada por esses grupos, em diversas instituições de ensino, não só no Brasil, mas também fora, tem contribuído, de forma significativa, para a construção desses espaços.

Assim, a presente pesquisa, *Gênero e raça na escola: a percepção das professoras da rede pública de Florianópolis*, uma revisão bibliográfica da produção acadêmica realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é, ao mesmo tempo, um ato de luta e de produção acadêmica, por meio do estudo e da pesquisa, pois busca pensar as questões de gênero e raça dentro da escola, procurando fomentar espaços que rompam com as relações de hierarquização e poder que perpassam as relações sociais nos diversos campos da sociedade.

Ao refletirmos sobre o papel social da escola, podemos pensá-la como um espaço ambíguo. Nela, assim como em muitos outros espaços institucionais, reproduzem-se os interesses de uma sociedade marcada por uma classe dominante, com ideais e valores de uma cultura patriarcal, eurocêntrica e judaico-cristã. Contudo, a escola também se constitui como espaço de transformação, quando possibilita aos grupos marginalizados o acesso a uma cultura de forma crítica e reflexiva, repensando a própria sociedade. Deixemos claro aqui que a escola não é o único lugar no qual a cultura acontece, mas um dos espaços em que ela acontece.

Nesse olhar sobre o contexto escolar, torna-se importante introduzirmos as discussões de gênero e raça, proporcionando aos diversos sujeitos inseridos nesse espaço a reflexão sobre as diferenças, podendo ser aceitos e respeitados em toda a sua legitimidade. E nesse

processo o/a professor/a tem papel fundamental, inserindo em suas práticas tais reflexões.

Assim se apresenta esta pesquisa, um estudo que busca pensar gênero e raça na escola, a partir do olhar das professoras da rede pública de Florianópolis, com base na produção acadêmica, ou seja, em teses e dissertações produzidas nas diversas áreas/linhas de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina.

Inicialmente, podemos fazer a seguinte pergunta: Por que abordar gênero e raça e não somente gênero? Ou por que não somente raça? Pesquisas têm apontado, assim como o movimento de mulheres, principalmente de mulheres negras, que as violências, as discriminações e os preconceitos não se constituem de forma igual para todas as mulheres, tampouco as situações que envolvem questões de raça se constituem de forma igual para homens negros e mulheres negras. Ou ainda, quando tratadas as questões de gênero e as discriminações vividas por mulheres, as mulheres negras não se sentem contempladas porque alguns aspectos dessas violências estão relacionados não somente ao gênero, mas também à raça. O mesmo acontece quando abordadas as questões de raça pelo movimento negro. As mulheres negras também não se sentem totalmente contempladas, pois, no âmbito geral, homens negros e mulheres negras sofrem violência racial. Contudo, as mulheres negras, para além da questão racial, vivenciam uma violência de gênero que não é vivenciada pelos homens.

Nesse sentido, é preciso trabalhar as duas dimensões sobrepostas, como propõe Kimberle Crenshaw (2004), o que constitui a interseccionalidade,¹ entendida como a intersecção de categorias sociais que permite a compreensão de toda a dimensão da violência e da discriminação vivenciadas pelo sujeito, no caso as mulheres, não de forma parcial, apenas pela dimensão de gênero, nem somente pela dimensão de raça.

Isso implica dizer que todas as mulheres sofrem violência de gênero, mas algumas sofrem violência de gênero e raça, ou ainda, gênero, raça e classe. Nesse sentido, julgamos importante, para abarcar o máximo possível as situações de discriminação vividas pelas mulheres, discutir não somente gênero, mas gênero e raça.

Diante do exposto, a pesquisa aqui apresentada está dividida em quatro capítulos. No Capítulo 1 buscamos desenvolver uma apresentação da pesquisa, contextualizando-a em um espaço e tempo

¹ Mais à frente traremos o conceito de interseccionalidade de forma mais abrangente.

que se dão na minha constituição enquanto mulher e negra. Ainda nesse capítulo apresentamos os sujeitos da pesquisa e as opções metodológicas, bem como os seus objetivos. E, para finalizar, pontuamos algumas pesquisas já realizadas que caminham na direção proposta por este trabalho.

No Capítulo 2 apresentamos o referencial teórico, as discussões que fundamentam e orientam este trabalho. Procuramos mostrar o conceito de gênero, raça, diversidade e interseccionalidade, categorias importantes para compreendermos o olhar das professoras sobre o estudo de gênero e raça na escola.

No Capítulo 3 exibimos a apresentação e a análise dos dados da pesquisa, que foi realizada com base na revisão bibliográfica.

E, por último, no Capítulo 4 finalizamos a pesquisa com as considerações finais.

Após as primeiras palavras, seguimos com a apresentação buscando contextualizar a pesquisa.

1.1 ENTRE FIOS E LINHAS: O COMEÇO

A trajetória de constituição do sujeito é demarcada por múltiplas dimensões e experiências. Nós nos constituímos socioculturalmente na/em relação com o meio, isto é, na família, na religião, na escola, nos diversos espaços sociais. E, desse modo, vivenciamos experiências diversas que nos possibilitam ter determinada visão de mundo, de sociedade, e que, portanto, contribuem para as relações que iremos constituir com o meio e com o outro.

Sendo assim, esses aspectos se tornam importantes para compreender a minha relação com as discussões de gênero e raça na escola, relação essa que se deu mais recentemente, tanto pessoal quanto profissionalmente.

Minha trajetória enquanto mulher, negra e pobre, oriunda de uma família com pouca instrução escolar, inserida em uma cultura patriarcal, eurocêntrica, machista e branca, durante muito tempo me fez querer fazer parte dela. Em um processo de exclusão, a forma que encontrei para não ser excluída foi me adequar às regras dessa cultura.

Isso implicou a negação da minha própria identidade enquanto mulher negra, quando, durante anos, alisei o cabelo para estar mais próxima possível do padrão estabelecido pela sociedade. Isso para citar um exemplo de como podemos negar nossa origem, ancestralidade. Ou ainda, quando minhas relações sociais pouco incluíam pessoas negras ou também lugares que frequentava. O discurso sempre usado por mim era

o mesmo que muitos usam nos dias atuais para negar os processos de discriminação e preconceito: somos todos humanos, devemos lutar pelo respeito enquanto humanos, e não por sermos negros ou brancos. Discurso esse usado mesmo quando havia passado por situações de discriminação racial.

Sendo assim, durante muito tempo me mantive afastada de toda e qualquer discussão que envolvesse as relações étnico-raciais, gênero ou diversidade, tampouco participava de qualquer movimento ou militância a respeito. Eu me sentia incomodada quando questionada sobre o meu cabelo, por que o alisava.

Minha pesquisa de mestrado, intitulada *Táticas/astúcias: modelações de professores a partir de prescrições curriculares* (SABINO, 2013), não inclui discussões étnico-raciais ou de gênero, mesmo sendo mulher e negra, o que foi pouco compreendido pela minha orientadora, que estava inserida em tais discussões.

Contudo, como coloquei inicialmente, toda trajetória e experiência é marcada e demarcada pelas relações que se estabelecem com o meio e com o outro. E foi nesse processo que constituí novas possibilidades com as questões étnico-raciais, de gênero e diversidade.

O primeiro contato com tais discussões se deu enquanto professora de um curso de licenciatura em Química (2013-2014), cujo currículo contemplava as discussões étnico-raciais, a Lei n. 10.639/03 e a Lei n. 11.645/08. Desse modo, surgiu em mim a necessidade de me apropriar das reflexões e das discussões, de modo a contribuir para a formação dos sujeitos em formação.

Assim, ingressei em uma formação para professores, na modalidade de extensão, no Instituto Federal de Santa Catarina, em São José, instituição na qual lecionava no curso de licenciatura, em que as discussões giraram em torno da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

Desse modo, deu-se uma nova configuração na minha trajetória pessoal e profissional. Uma configuração que não mais cabia aceitar a cultura imposta, mas refletir sobre ela, questionando os processos de exclusão presentes na sociedade.

Seguindo o caminho, ao assumir o cargo de orientadora educacional em 2014 pela rede municipal de ensino de Florianópolis e ter de cumprir uma carga horária em aperfeiçoamento, vi a oportunidade de participar do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Estaria não só desenvolvendo uma carga horária em aperfeiçoamento, mas também tendo a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos em torno da temática de gênero e diversidade,

principalmente as questões étnico-raciais que, a partir daquele momento, ao contrário de antes, muito me interessavam. Seria também uma forma de ampliar aquilo que havia começado no curso de extensão, ou seja, a construção de uma nova visão de mundo e sociedade, considerando ainda a importância de levar tais discussões para a escola diante do meu papel enquanto orientadora educacional.

A partir de então, passei a configurar novos caminhos a respeito das discussões de gênero e diversidade, caminhos esses que traçam novos questionamentos e reflexões, para além dos desconfortos que permitiram a construção desta pesquisa.

As inquietações iniciais se deram em torno das relações étnico-raciais, mais precisamente a respeito da hipersexualização da mulher negra, que nasce no período colonial e permanece até os dias atuais. Nesse sentido, a mulher negra é, quase sempre, vista pelos seus atributos sexuais, mas não enquanto parceira efetiva para a constituição familiar, o casamento.

Seguindo nesse caminho, entre leituras/releituras e diálogos, principalmente com os colegas do Curso de GDE, surgiu o desejo de estudar a percepção das mulheres/professoras de Florianópolis sobre a importância das discussões de gênero e raça na escola, entrelaçando principalmente as categorias de gênero e raça.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi verificar, a partir da produção acadêmica realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, se as professoras de Florianópolis percebem e compreendem a importância das discussões de gênero e raça na escola, principalmente como caminho para romper, entre outros aspectos, com o processo de discriminação e exclusão racial e de gênero.

As discussões envolvendo gênero e diversidade nas escolas das redes municipais e estaduais do Brasil ainda se mostram muito incipientes, e isso se dá por diversos fatores. Como exemplo, podemos citar o contexto sociocultural presente no país, que carrega em seu bojo uma cultura patriarcal, eurocêntrica, machista e conservadora, atrelada a um fundamentalismo religioso. Temos visto, em vários setores da política brasileira, a presença da bancada religiosa (embora tenhamos um estado laico), que vem impedindo o avanço de discussões envolvendo gênero e diversidade na escola.

Desse modo, pouco tem se avançado na inclusão das discussões de gênero nos documentos que norteiam a política educacional, ou seja, a definição da obrigatoriedade de inclusão dessas categorias nos documentos que regem a educação no Brasil, constituindo-se como política educacional.

Os argumentos desses grupos religiosos são os mais variados, mas o principal gira em torno do direito à família, composta de homem e a mulher, no seu mais estreito conservadorismo. Nesse sentido, excluem milhares de outros sujeitos que não se enquadram nesses ideais, como, por exemplo, os grupos LGBTTs e muitos outros.

Em outras palavras, tal perspectiva contraria todo e qualquer princípio constitucional de igualdade e dignidade da pessoa humana. Diante de tal contexto, justifica-se a relevância deste estudo na perspectiva de construção de uma política de formação para os/as professores/as, ou seja, a partir da percepção das professoras da rede pública de Florianópolis a respeito da importância das discussões de gênero e raça na escola, possa ser pensada uma política de formação que contribua para a inclusão de tais discussões no espaço escolar.

Desse modo, a pergunta que melhor define esta pesquisa é: Qual a percepção das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis a respeito das discussões sobre gênero e raça na escola?

Assim, definimos como objetivo geral da pesquisa compreender a percepção das professoras de Florianópolis a respeito da importância das discussões de gênero e raça na escola. Como objetivos específicos, pensados para que o objetivo geral seja alcançado, definimos: a) buscar dissertações e teses que tratam da temática de gênero e diversidade na escola; b) analisar, nesses trabalhos, o que as professoras compreendem por gênero e raça, ou relações étnico-raciais; c) identificar qual o papel atribuído à escola para as professoras da rede pública de ensino de Florianópolis; e d) verificar se essas professoras desenvolvem discussões relacionadas a gênero e raça em suas aulas e de que forma.

Desse modo, as hipóteses iniciais, tendo em vista que a pesquisa não se configura a partir de uma única hipótese, giraram em torno de algumas perguntas, tais como: As professoras da rede pública de ensino de Florianópolis compreendem o que é gênero e raça? As professoras discutem com os/as seus/suas alunos/as questões de gênero e raça em suas aulas? Ou seja, incluem em seu planejamento tais discussões? As professoras compreendem a importância de se discutirem questões de gênero e raça na escola? Qual a relação pessoal que as professoras possuem com reflexões sobre gênero e raça?

Diante de tais questionamentos, entende-se que a compreensão e a percepção das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis a respeito da importância das discussões de gênero e raça na escola podem estar relacionadas a sua vivência pessoal em relação ao tema, ou seja, qual as relações que essas professoras possuem com o tema? Isso

implica o conhecimento que elas têm a respeito da temática e seus conceitos e se já discutiram ou refletiram sobre essa temática.

Essas são questões importantes para se configurar uma percepção das professoras a respeito da importância das discussões de gênero e raça na escola, ou ainda, se as percepções das professoras estão atreladas aos valores sociais e culturais que vivenciam.

Sendo assim, nossa hipótese foi a de que as professoras da rede pública de ensino de Florianópolis podem tanto ter uma percepção de gênero e raça que contribui para o desenvolvimento de uma prática que revela a importância das discussões quanto percepções que negam a importância dessa prática.

Após alguns questionamentos que nos fazem pensar sobre a hipótese, seguimos tecendo esta pesquisa com algumas discussões que já foram realizadas em torno do tema, contribuições que nos ajudam a seguir o caminho.

1.2 “VELHAS” EMBARCAÇÕES: O CAMINHO JÁ PERCORRIDO

As discussões em torno de gênero, sexualidade, diversidade e relações étnico-raciais não são recentes. À medida que os movimentos em torno dessas temáticas vêm crescendo, novas pesquisas vêm surgindo em torno desses temas. Nesse sentido, para melhor compreender as discussões que nos propusemos a realizar nesta pesquisa, realizamos um pequeno levantamento de trabalhos já realizados com o tema gênero, raça, diversidade e professoras.

Desse modo, podemos iniciar com a dissertação de mestrado de Tania Lopes (2008), intitulada *Professoras negras e o combate ao racismo: um estudo sobre a auto-percepção de professoras negras da rede pública de educação do estado do Paraná, de escolas localizadas no bairro Boqueirão, do município de Curitiba, acerca de suas práticas de combate ao preconceito e discriminação racial no interior da escola*. O trabalho de Lopes versa em torno da seguinte questão:

[...] buscou investigar a existência de uma possível relação entre o preconceito e a discriminação racial vividos por parte dessas professoras negras no decurso de suas vidas, tanto fora quanto no espaço escolar, com uma prática de combate ao racismo por elas construído nas práxis pedagógicas, de forma intencional ou não. (LOPES, 2008, p. viii).

A pesquisa de Claudilene Silva (2009), *Professoras negras: construindo identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar*, se apresenta com o objetivo de

[...] analisar o processo de construção da identidade étnico-racial de professoras negras e sua influência na emergência de práticas curriculares de enfrentamento do racismo no espaço escolar. (SILVA, 2009, p. 9).

Ainda no campo das dissertações de mestrado, identificamos a pesquisa de Liane Rizzato (2013): *Percepções de professoras/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente*. O objetivo da pesquisa foi compreender a percepção dos professores em torno do tema gênero, sexualidade e homofobia, de modo a possibilitar a construção de uma formação continuada.

Além das dissertações apresentadas, foram identificados alguns artigos, tais como “Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil)”, publicado por Zulmira Borges et al. (2011), pela *Educar Revista*. Ana Flavia Madureira e Ângela Branco (2015) publicaram, pela revista *Temas em Psicologia*, o artigo “Gênero e sexualidade na escola a partir das perspectiva de professores/as”. E, por último, temos o artigo “Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental”, publicado por Ana Claudia Maia et al. (2011), pela revista *Psicologia da Educação*.

Em uma breve análise e leitura desses trabalhos, podemos identificar que possuem elementos em comum. O primeiro deles é a preocupação com a escola e seu papel de formadora de sujeitos e identidades, devendo, portanto, trabalhar diversos aspectos da vida social, incluindo questões de gênero, diversidade, entre outros. Um segundo elemento fundante das pesquisas e dos artigos é o tema: todos os trabalhos buscam discutir questões voltadas a gênero e diversidade. Um outro ponto é o papel central do/a professor/a nesse processo: todos os trabalhos trazem o/a professor/a como elemento central, buscando compreender a sua percepção a respeito do tema para então pensar como o/a professor/a vem ou não trabalhando em sala de aula, ou ainda, na perspectiva de pensar a formação de modo a instrumentalizar esses sujeitos para a prática. Alguns desses trabalhos se diferenciam por trazer

a perspectiva tanto de professores quanto de professoras. Outros estão direcionados apenas para as professoras, como é o nosso caso.

Sendo assim, penso que os trabalhos apresentados nos ajudam a entender e compreender um pouco como as questões de gênero, raça e diversidade vêm sendo tratadas na escola, principalmente porque trazem o olhar daquele/a que atua diretamente na sala de aula: o/a professor/a, o que muito contribui para pensarmos a pesquisa de que estamos tratando. “Velhas” embarcações são possibilidades de compreender o caminho já percorrido, configurando, assim, novas travessias. Sigamos o caminho.

1.3 COSTURAR E BORDAR, OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Entende-se que esta é uma pesquisa que carrega em seu bojo uma dimensão subjetiva. Configura-se a partir da compreensão das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis a respeito da importância das discussões de gênero, raça e diversidade na escola. Portanto, está carregada de valores sociais, culturais, psicológicos e até mesmo políticos e econômicos.

Considerando ainda o instrumento de pesquisa utilizado, ou seja, uma revisão bibliográfica, com base no Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina, compreende-se que este estudo apresenta dimensões de uma pesquisa qualitativa, sendo qualificada com base em dados quantitativos. Isso porque, para compreender a percepção das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis, foi preciso, entre outros aspectos, realizar um levantamento da produção acadêmica (teses e dissertações) realizada na UFSC em relação ao tema proposto.

1.3.1 O cenário da pesquisa, o campo de estudo

Quanto ao cenário da pesquisa, não podemos defini-la com um cenário específico, ou seja, esta pesquisa não implica um estudo realizado no âmbito de uma escola, que possui características e valores próprios, compreendendo não somente a cultura escolar, mas também a cultura da escola, tampouco envolve uma rede de ensino em particular, como a municipal ou a estadual. Sendo assim, o cenário da pesquisa não se define em um âmbito físico concreto, mas em um campo amplo, aberto.

Desse modo, o estudo envolve as professoras que fazem parte da rede pública de ensino de Florianópolis, objeto das dissertações e das teses contempladas como objeto desta pesquisa. Isso implica que os

sujeitos professoras podem fazer parte tanto do município quanto do estado, sem nos atermos a uma escola específica.

O ponto importante desse cenário é que definimos que as professoras analisadas seriam apenas de escola pública. Esse aspecto está atrelado ao nosso compromisso social com a escola pública, compromisso que envolve principalmente a qualidade do ensino.

Por último, considerando que esta pesquisa envolve uma revisão bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da UFSC, entendemos que o cenário da pesquisa também é composto da produção acadêmica desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina sobre o tema aqui pesquisado.

1.3.2 Os instrumentos da pesquisa: construindo possibilidades

Nosso desejo inicial, no processo de definição dos instrumentos de coleta de dados, configurava-se principalmente em torno da constituição de um grupo focal e de entrevistas semiestruturadas. Contudo, no processo de construção de uma pesquisa, é preciso pensar em vários aspectos para a sua viabilidade, aspectos aos quais o tempo para a sua realização e os prazos para a sua conclusão são cruciais e de extrema relevância. Desse modo, buscando respeitar essa dimensão, o instrumento utilizado para o alcance do objetivo aqui traçado e que melhor contribuiu para o quesito tempo foi a revisão bibliográfica.

Não podemos considerar que a revisão bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da UFSC, utilizada como instrumento de pesquisa, compreenda um estado da arte, que é um estudo amplo de toda a produção acadêmica produzida até o momento em relação ao tema de estudo, ou seja, um estudo exaustivo e detalhado. Isso porque estamos lidando apenas com uma parte dessa produção, a que se refere a um campo específico que é o Banco de Teses e Dissertações da UFSC. Contudo, julgamos que, ao realizar a pesquisa dessa forma, podemos encontrar pistas sobre o tema proposto e até mesmo indicações de futuras pesquisas.

As informações coletadas foram analisadas a partir das categorias pertinentes a esta pesquisa e entrelaçadas com os referenciais teóricos que sustentam as ideias aqui apresentadas, principalmente nas questões que refletem acerca de gênero e relações étnico-raciais.

Após termos apresentado os fios e as linhas que costuram e bordam este trabalho, seguimos com o referencial teórico que nos conduz nesta embarcação. Chegamos ao Capítulo 2.

2 GÊNERO E RAÇA: UM CAMINHO PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Neste capítulo apresentamos os principais conceitos e fundamentos teóricos que norteiam a pesquisa aqui apresentada, ou seja, gênero e raça. Consequentemente, julgamos importante falar sobre diversidade e interseccionalidade, o que contribui para o fortalecimento das questões ligadas aos conceitos anteriores.

2.1 GÊNERO, EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO

Um conceito importante para pensarmos a respeito das compreensões das professoras sobre gênero e raça na escola são as discussões de gênero. Assim, no que diz respeito a esse conceito e às reflexões que nascem a partir dele, temos como referência grandes feministas como Simone Beauvoir, Joan Scott, Judith Butler e Ângela Davis, para citar apenas alguns exemplos, entre as mulheres que configuraram a luta feminista.

Segundo Grossi (2015), o movimento feminista teve dois grandes momentos em sua trajetória que chamamos de primeira e segunda onda. A primeira onda (final no século XIX) do movimento feminista implica basicamente a luta das mulheres pelo direito ao voto e à participação na vida política, ou seja, a reivindicação por direitos políticos. Aqui temos o movimento das sufragistas. A chamada segunda onda, mais abrangente, após a Segunda Guerra Mundial, reivindica o direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Nesse momento surge a categoria “gênero”.

Sendo assim, a categoria “gênero”, ou seu conceito, implica questionar as definições do que é ser homem ou mulher em determinada sociedade. Nesse sentido, temos a célebre frase de Simone Beauvoir (1980, p. 9):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume na sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Assim, ser homem ou mulher é uma construção social e histórica, não uma característica natural, algo que é dado naturalmente pelo campo biológico, conforme definido por muitos.

Hoje a definição biológica de homem e mulher se baseia nas genitálias feminina e masculina e, a partir daí, são atribuídas características a esses sujeitos, o que vai ser justamente questionado pelas discussões de gênero.

A categoria “gênero” enquanto categoria social procura desnaturalizar a concepção de ser homem ou mulher, ou seja, algo que se dá de modo natural pelo biológico. Segundo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 42),

O conceito de gênero, como vimos, foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico não é o elemento definidor das condutas da espécie humana. As culturas criam padrões que estão associados a corpos que se distinguem por seu aparato genital e que, através do contato sexual, podem gerar outros seres: isto é a reprodução humana.

É possível compreender que a anatomia não é definidora do que é ser homem ou mulher, mas a cultura cria padrões, papéis, concepções do que é ser homem e mulher, como, por exemplo, homem não chora, mulher é associada à natureza, à fragilidade e ao fato de que nasceu para ser mãe.

Nesse sentido, ainda segundo Gênero e Diversidade na Escola (2009), a partir da definição do que é ser homem e mulher, cria-se uma série de expectativas a esse respeito, principalmente relacionadas ao comportamento desses sujeitos: como sentar, andar, falar etc.

Todos esses aspectos, como colocado anteriormente, se relacionam ao biológico, pela genitália, ou às explicações que se baseiam no funcionamento do cérebro ou dos hormônios, que se constituem de modos diferentes entre homens e mulheres.

Para além das definições do que é ser homem e mulher em uma sociedade, a categoria “gênero” vem refletir também sobre as configurações das relações que se estabelecem a partir de tais definições. Discutir as relações baseadas em gênero significa discutir as relações de poder que se constroem com base nessas concepções do que é ser mulher ou homem. Em outras palavras, o que queremos dizer é que

nossa sociedade, a partir da definição do que é ser homem ou mulher, também define quem tem poder.

Assim, quando dizemos que o homem é mais racional, com uma postura lógica, estamos dizendo, em parte, que a ele cabe assumir o poder na sociedade, pois a mulher, vista como frágil e emocional, não possui “condições” de assumir posições que exigem lógica, objetividade ou racionalidade. Temos visto, ainda, situações em que mulheres ocupantes de um mesmo cargo que o homem acabam tendo salários menores, ou seja, mesmo possuindo uma qualificação idêntica, podem acabar não sendo contratadas diante do fato de serem mulheres.

Contudo, a ideia de fragilidade emocional ou de racionalidade é uma construção social e histórica, cujo objetivo, por exemplo, é o controle do homem sobre o feminino como forma de garantir sua linhagem familiar, pois a única forma que havia na Antiguidade de garantir que, de fato, o homem seguiria sua descendência era não permitindo que a mulher se relacionasse com outros homens. Esse é apenas um exemplo. Daí surgem vários papéis para as mulheres, como aquela que deve ficar em casa e cuidar dos filhos etc. Assim, é preciso exercer o controle sobre o feminino, sobre o seu corpo, sobre os seus desejos e sobre a sua sexualidade.

Contudo, Marlene Tamanini (2004, p.18) sinaliza que nem sempre foi assim, a exemplo do período paleolítico:

Os homens não imaginavam que tivessem alguma participação no nascimento de uma criança, e isso, segundo esses relatos, continuou ignorado por milênios. Também não existia a ideia de casal, e cada mulher pertencia igualmente a todos os homens, e cada homem a todas as mulheres. Cada criança tinha vários pais e várias mães, e o reconhecimento das relações entre parentes dava-se por meio da família da mãe.

A citação anterior nos mostra como as questões relacionadas a gênero são construções sociais que se dão à medida que a sociedade vai mudando historicamente, configurando novas estruturas, principalmente no campo da política e da economia.

Nesse sentido, nas questões de gênero estão presentes questões políticas, culturais e econômicas, assim como valores morais e religiosos. Não podemos pensar as questões que envolvem mulheres e homens a partir do sexo biológico, mas a partir de uma categoria que

busca refletir sobre todas as dimensões que atravessam o que é ser homem e mulher e que configuram relações de poder.

As discussões de gênero ainda são atravessadas por outras categorias, como “classe”, “raça” e “etnia”. Desse modo, os processos de discriminação envolvendo gênero, ou ainda, as assimetrias de gênero, as diferenças construídas entre homens e mulheres, se relacionam aos aspectos mencionados anteriormente.

A discriminação não acontece apenas por ser mulher, mas pode ser mais agressiva quando atravessada pela classe social, mulher e pobre, ou ainda, pela raça, mulher e negra. Esse aspecto chama-se interseccionalidade, o que será abordado mais à frente.

A definição de papéis sociais para homens e mulheres configura em nossa sociedade as violências de gênero. Tais violências ocorrem, principalmente, quando esses sujeitos, na maioria das vezes mulheres, não seguem o padrão estabelecido pela sociedade. Mas não são somente as mulheres que sofrem violência de gênero, *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e outros também a sofrem. Todos(as) possuem algo em comum: não seguem os padrões predeterminados pela sociedade. Segundo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 74),

A violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apoia-se no estigma da virilidade masculina e na submissão feminina.

Os autores ainda colocam que essa violência pode ser

[...] física, sexual ou psicológica, que agride, amedronta e submete não só as mulheres, mas também os homens que não se comportam segundo os rígidos padrões da masculinidade dominante.

Assim, como colocamos anteriormente, tanto as mulheres quanto os homens sofrem violência de gênero, seja por ser mulher, seja pela sua orientação sexual, seja pela identidade de gênero.

A violência acontece nos mais variados espaços sociais. Muitas mulheres sofrem violência doméstica nos lares, no seio familiar. Mas a escola também se constitui como um espaço que dissemina a violência de gênero, seja por meio de “brincadeiras”, seja pela agressão física ou verbal de colegas que não aceitam o outro no seu modo de ser/estar

no mundo, ou ainda, por meio da imposição de ideias a partir de um padrão social.

Conforme apresentamos até então, gênero enquanto categoria de análise social busca romper com os processos de desigualdade entre homens e mulheres, assim como entre os grupos LGBTTs, desnaturalizando a ideia de ser homem ou mulher.

Desse modo, as discussões de gênero tornam-se de extrema importância para pensar as relações sociais presentes na sociedade, como se configuram e estabelecem relações de poder. E nesse sentido podemos pensar o papel da escola como espaço de reprodução social, mas também como espaço de transformação dessa mesma sociedade.

Entendendo ainda que a escola é um dos meios pelos quais o sujeito se constitui como tal, é preciso pensar as ações que passam por ela, principalmente quando buscamos romper com essa lógica. Essa é uma categoria fundamental para refletirmos e compreendermos as percepções das professoras a respeito de gênero e raça na escola, ainda mais quando entendemos que tais percepções estão atreladas a valores culturais e sociais, assim como gênero.

2.2 RAÇA: UM DISCURSO SOCIAL.

Adentrar as discussões sobre raça e consequentemente sobre racismo não é algo simples. Falar sobre raça ou relações étnico-raciais, como bem colocado por Nilma Lino Gomes (2005, p. 5), gera reações diversas, isso se dá, segundo a autora, devido “[...] ao fato de que a ‘raça’ nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e as imagens que construímos sobre ‘ser negro’ e ‘ser branco’ em nosso país”.

Contudo, sabemos o quanto é importante tais discussões, principalmente no sentido de romper com os processos discriminatórios que envolvem as questões raciais. E é com tal objetivo que trazemos essas discussões para o texto, principalmente atreladas às questões de gênero.

Um ponto importante de esclarecimento sobre as discussões referentes a raça ou relações étnico-raciais é o fato de que o conceito de raça não se dá de forma homogênea no tempo e no espaço, ou seja, está associado a um espaço local e a um tempo específico. Podemos citar como exemplo o caso do Brasil e dos EUA, conforme apresentado por Oracy Nogueira (2006 apud GROSSI, 2015). Para o autor, nos EUA o preconceito racial se dá pela origem, pela ancestralidade do sujeito, enquanto no Brasil o preconceito e a discriminação racial são de marca,

ou seja, pela cor da pele, pelos fenótipos, o que no seu entendimento refere-se ao preconceito de marca.

Um exemplo de que no Brasil o preconceito de marca pode ser constatado no estudo realizado por Ângela Figueiredo (2008). Em seu texto, a autora aborda a beleza negra, sendo o cabelo um dos aspectos que mais mexem com as mulheres. Para a autora, ele torna-se um elemento de mobilidade na escala classificatória da cor, ou seja, cabelo é fenótipo e, por isso, na visão de Oracy Nogueira seria o preconceito de marca.

Dessa perspectiva, alisar o cabelo na sociedade brasileira pode não ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como uma tentativa de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro. Considerando a importância atribuída ao cabelo na definição do lugar a ser ocupado na escala classificatória da cor, o movimento negro brasileiro toma o cabelo natural como símbolo de afirmação da identidade. (FIGUEIREDO, 2008, p. 250).

Dito isso, deixamos claro que este texto aborda as discussões referentes ao Brasil, ou seja, da perspectiva de que o preconceito e a discriminação acontecem pela cor da pele, pelo fenótipo dos sujeitos.

Quando se trata de discutir as questões conceituais que envolvem a ideia de raça, dois aspectos se tornam importantes. Primeiro: não existe raça humana. Isso do ponto de vista biológico. Ponto. Não há interrogação, dúvida ou qualquer outro meio-termo nesse aspecto. Segundo: raça é um discurso social, ou seja, um discurso que se configurou nas relações sociais, inclusive como forma de constituir relações de hierarquização e poder.

Kabengele Munanga (2004), em uma palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB-RJ), nos traz esclarecimentos importantes a esse respeito. O autor levanta aspectos importantes que culminam no que foi apresentado anteriormente. Tentaremos pontuar algumas de suas principais reflexões.

Inicialmente, Munanga aponta a origem etimológica da palavra “raça”, que vem do latim *Razza* e que significa “sorte, categoria, espécie” (MUNANGA, 2004, p. 1). Nesse sentido, afirma que no campo das Ciências Naturais a zoologia foi o primeiro ramo da ciência a usar o

termo, isso para classificar as diversas espécies de animais. O autor justifica que a classificação no sentido de identificar as diferenças entre as espécies é algo importante, principalmente no campo da zoologia, no qual há uma variedade de espécies.

Contudo, aponta que a classificação no ponto de vista humano se tornou um problema, pois foi usada como um processo de hierarquização, classificação, no sentido de bom ou ruim, belo ou feio, levando, assim, à subjugação de uma raça à outra. Assim, a primeira tentativa de se definir a espécie humana em raças se deu na França, no século XVII, deixando de ser um termo usado na botânica e na zoologia para ser implantado no meio social.

Inicialmente, a fundamentação para tal ideia se deu por meio da teologia, usando-se trechos bíblicos para justificá-la. Em seguida, buscou-se fundamentação na ciência, por meio da Biologia. Assim, houve uma tentativa de classificação racial dos sujeitos pela cor da pele, pelo fenótipo e, ainda, pelo genótipo. Experimentos diversos foram realizados, desde a medição do crânio até a comparação dos genes.

Contudo, com os avanços da genética, os estudos realizados não comprovaram diferenças significativas que justificassem a classificação do ser humano em espécies; afinal, no que diz respeito aos aspectos biológicos, não há raça humana.

O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, subraças e subsubraças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça pode ser mais distante que os pertencentes a raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência, ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um

conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2004, p. 3).

Sendo assim, não havendo raça na perspectiva biológica, em que dimensão ela se justifica? Na dimensão social, como caminho para justificar a hierarquização, os processos de classificação e a dominação de uma raça sobre a outra; legitimando processos de escravidão, genocídios e holocaustos, como o que aconteceu na Alemanha, comandados por Hitler.

Com isso, observamos que a ideia de raça, conforme a empregamos nos dias atuais, não é um conceito biológico. O conceito de raça carrega uma dimensão ideológica que é velada, como a relação de poder e dominação.

Ainda segundo Kabengele Munanga (2004), houve por parte de “alguns biólogos antirracistas” uma tentativa de eliminação do termo “raça”. Mas, embora se reconheça a inexistência do termo na dimensão biológica e, portanto, a sua inoperância, o termo ainda persiste. O uso se justifica apenas no âmbito das Ciências Sociais, nas relações que se estabelecem na sociedade; como categoria social e política que permite refletir sobre a reação de dominação e exclusão.

Nesse sentido, também temos a contribuição de Antônio Guimarães (2008, p. 65), que emprega o conceito de raça como uma ação discursiva, ou seja, um discurso social sobre a origem. Segundo o autor,

As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de essências entre gerações. Esse é o terreno próprio às identidades sociais e o seu estudo trata desses discursos sobre origem. Usando essa idéia, podemos dizer o seguinte: certos discursos falam de essências que são basicamente traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais; só nesse campo a idéia de raça faz sentido.

Diante do exposto, as reflexões sobre raça deixam de ser da dimensão biológica, passando a ser uma discussão com base sociológica, no campo da Sociologia. Nesse caminho, segundo Antônio Guimarães (2008, p. 66), a Sociologia compreende raça como “[...]”

discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc. [...]”. Com base no discurso social de raça é que se constitui a ideia de racismo, ou seja, o racismo é a crença na existência natural de raças, constituindo um campo de hierarquização por meio dos aspectos físicos, psicológicos e morais, intelectuais e culturais, por exemplo. Sendo assim, o racismo acredita na superioridade de uma raça sobre a outra, a partir de tais características. Só há racismo porque há a ideia de raça no imaginário social enquanto discurso que legitima a dominação de uma raça sobre as outras.

Esses apontamentos contribuem para pensar no uso do termo “raça” ou “relações étnico-raciais”, ou seja, discutir sobre qual termo é o mais correto.

O termo “étnico” diz respeito à dimensão cultural do sujeito, sua língua, religião, hábitos, valores culturais, crenças, rituais; aspectos que envolvem um modo de ser e viver específico que está presente em um povo ou comunidade. Já “raça”, como apresentado, enquanto ação discursiva, diz respeito a aspectos físicos como cor da pele e do cabelo, formato do nariz, ou seja, ao fenótipo do sujeito. E, historicamente, o conceito de raça vem operando de forma excludente em vários setores da sociedade brasileira, configurando o racismo.

O termo “étnico”, de certa forma, “encobre” esse modo de operar do racismo. Sendo assim, o movimento negro tem feito uso da palavra “raça”, ou ainda, “étnico-racial” como forma de operacionalizar tanto o aspecto da raça quanto o aspecto étnico.

Outro aspecto importante nas discussões sobre raça, principalmente no que diz respeito ao Brasil, é o mito da democracia racial. Isso porque esse mito impossibilita um diálogo aberto sobre os conflitos relacionados à discriminação de raça. Impossibilita, principalmente, a configuração de políticas públicas que busquem a reparação para os negros.

No Brasil, há a crença de uma convivência harmoniosa entre brancos e negros. Contudo, as violências, os preconceitos e as discriminações demonstram que essa não é uma realidade de fato. Desse modo, denominou-se chamar de “mito da democracia racial” a falsa crença de que em nosso país há uma convivência pacífica entre ambos.

Sabemos que as oportunidades não se dão de forma igualitária entre negros e brancos, e ainda que há grande preconceito e discriminação contra a cultura afro-brasileira. Existem aqueles que dizem: “Nossa! Não sou preconceituoso, tenho amigos negros”, mas não aceitam que seu(sua) filho(a) case ou namore um/uma homem/mulher

branco/a ou negro/a, sem falar as constantes piadinhas sobre o cabelo da negra que passa na rua ou o olhar de julgamento quando passa um jovem negro “malvestido” e, com medo, a pessoa segura a bolsa. Essas são apenas algumas representações reais que demonstram claramente o mito da democracia racial.

Para Nilma Lino Gomes (2005, p. 57), o mito da democracia racial pode ser entendido como

[...] uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

Arriscamos dizer que o mito da democracia racial se constitui também em uma ideologia que permite mascarar as diferenças e impossibilita a visibilidade dos sujeitos que vivem na marginalidade. Quando afirmamos que não há discriminação racial, dizemos que não é necessária uma política de ação afirmativa, por exemplo, visto que somos “todos iguais”.

Nilma Lino Gomes (2005, p. 58) indica ainda que um dos principais fundadores do mito da democracia racial foi o sociólogo Gilberto Freyre. Segundo a autora, Gilberto Freyre acreditava que

[...] no Brasil, as três “raças” formadoras da nossa sociedade conviviam, desde a escravidão, de maneira mais amistosa, quando comparadas outras sociedades multirraciais e/ou de colonização escravista existentes no mundo.

Tal crença se deu, por exemplo, diante do fato de o colonizador ter relações “afetivo-sexuais” com mulheres negras e indígenas. Mas Gomes nos afirma que não é possível pensar em relações harmoniosas quando essas são pautadas em trabalho escravo e exploração sexual, ou seja, com base na dominação do mais forte sobre o mais fraco.

Diante do exposto, buscamos apresentar algumas reflexões a respeito de raça e suas implicações na sociedade, compreendendo principalmente que raça é um conceito social, e não biológico; e que no Brasil ainda há muitos conflitos que geram preconceito, discriminação, configurando o mito da democracia racial.

2.3 DIVERSIDADE: O ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO E RAÇA

Quero iniciar as discussões sobre diversidade introduzindo um pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 44) que diz: “[...] lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem. Lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize”. O pensamento de Santos traduz, de forma clara, a necessidade de construirmos uma sociedade igualitária mesmo nas diferenças, isto é, temos direitos iguais enquanto sujeitos, mesmo nos constituindo em outras culturas que não a considerada hegemônica.

Nesse aspecto, o autor traz um ponto fundamental: a diversidade. Diante do exposto, é nosso objetivo compreender o que significa, o que é a diversidade e qual a sua importância para a sociedade.

Vivemos em uma sociedade em que o etnocentrismo² é algo que ganha uma grande dimensão, ou seja, algumas concepções culturais se constituem como padrão, definindo-se como verdade. Nesse sentido, tudo o mais que foge a esse padrão cultural é visto como “errado” ou “inadequado”.

Sendo assim, o etnocentrismo se constitui em um caminho para a discriminação, o preconceito e até mesmo, como apresentado por Barreto et al. (2010, p. 53), a configuração de estereótipos, “[...] que consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo a essas características e definindo ‘lugares de poder’ a serem ocupados”.

Pensar e refletir sobre a diversidade é seguir na contramão do etnocentrismo, é buscar romper com padrões preestabelecidos, é constituir um espaço para a valorização e o respeito de toda e qualquer expressão de vida.

Gosto da fala de Humberto Maturana (1998), quando expressa a importância da aceitação do outro como legítimo outro na convivência, ou seja, o reconhecimento de que a escolha do outro é tão legítima quanto a minha e que podemos nos relacionar por meio dessas diferenças.

² O etnocentrismo compreende: “[...] um jeito de ver o mundo no qual um determinado povo (etnos) está no centro geográfico e moral, ponto a partir do qual todos os outros povos são medidos e avaliados” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 191), ou seja, o etnocêntrico atribui a sua cultura como a mais adequada para a humanidade e passa a medir os demais a partir da sua perspectiva.

Para entendermos um pouco a diversidade, é preciso voltar nossos olhos para a sociedade. Nela identificamos uma gama de línguas faladas, religiões diversas, variados modos de se vestir. Em linhas gerais, isso implica um modo de ser e estar no mundo, um fazer, que é a cultura.

Hoje, inclusive, não falamos mais em cultura, no singular, mas sim no plural, culturas, pois as experiências humanas, o agir, o ser e o estar são diversos. Esse é um aspecto que está para além do tempo, implica também o espaço. Conforme o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009, p. 21),

No Brasil, nos deparamos com uma riqueza cultural extraordinária: 200 povos indígenas falando mais de 180 línguas diferentes. Cada nação indígena possui sua maneira particular de ver o mundo, de organizar o espaço, de construir a sua casa e de marcar os momentos significativos da vida de uma pessoa.

Ou ainda,

A surpresa pode marcar um olhar mais cuidadoso para o interior da nossa própria sociedade: se compararmos o campo com o meio urbano ou as diferentes regiões do país, nos daremos conta da diversidade existente entre os seus habitantes.

Desse modo, podemos perceber que, se há algo passível de se dizer “natural” em nossa sociedade, esse algo é a própria diversidade, ou seja, a sociedade é intrinsecamente diversa, porque diversos são os modos de ser e estar no mundo.

A diversidade, assim, se constitui numa relação direta com a cultura, que são as múltiplas experiências humanas na sociedade. Ainda segundo *Gênero e Diversidade na Escola* (2009, p. 22), “[...] a diversidade cultural é um fenômeno que sempre acompanhou a humanidade”.

Aqui cabe ainda trazermos um pensamento de Vygotsky (1991) segundo o qual o ser humano se desenvolve, principalmente, por meio da interação, da troca, na relação com o meio e com o outro, mediada pela linguagem, pela cultura.

Seguindo esse pensamento, podemos compreender o que é levantado por Leandro Oltramari (2015, p. 93) em seu texto sobre educação, diversidade e direitos humanos:

O contato com as culturas diferentes fez com que os povos do entorno do Mediterrâneo se desenvolvessem. A diversidade de culturas, de religiões, de pensamentos fez com que aqueles povos, independentemente do continente em que estivessem, fossem altamente desenvolvidos para a época.

A diversidade, a troca com aquilo que ainda não conheço, com o diferente é o potencializador do aprendizado.

Humberto Maturana (1998) aponta que somos seres relacionais, que somos nós na presença do outro. O outro, o espelho, com toda a sua diversidade e diferença, é que é capaz de me permitir descobrir aquilo que, de fato, posso ser. Sendo assim, se é nas diferenças que nos descobrimos, por que negar a diversidade?

Nesse sentido, ao contrário do que nossa sociedade – patriarcal, eurocêntrica, etnocêntrica e machista, sexista – postula, a diversidade se constitui em grande importância para a sociedade e, portanto, deve ser valorizada, respeitada e potencializada.

Por conseguinte, não queremos encerrar o debate em torno da diversidade, mas finalizando apenas neste momento para seguirmos outras discussões que também estão relacionadas com o debate aqui proposto, compreendemos que

Falar da diversidade [...] significa levar em conta a origem das famílias e reconhecer as diferenças entre os referenciais culturais de uma família nordestina e de uma família gaúcha, por exemplo. Significa, também, reconhecer que, no interior dessas famílias e na relação de umas com as outras, encontramos indivíduos que não são iguais, que têm especificidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais. (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 23).

2.4 INTERSECCIONALIDADE: A RELAÇÃO ENTRE TODO E PARTE

A interseccionalidade é um conceito que possibilita a sobreposição de duas ou mais categorias, como gênero e raça ou gênero, raça e classe. Isso sem prejuízo de quaisquer das ideias representadas por essas categorias.

Na grande maioria das situações os diversos movimentos sociais, seja o movimento de mulheres ou o movimento negro, tratam das suas respectivas categorias, “gênero” e “raça”. Contudo, essas são permeadas por outras categorias, como “classe social”, por exemplo.

Pensar a interseccionalidade é pensar como duas ou mais categorias operam juntas na configuração do preconceito e da discriminação. Kimberle Crenshaw (2004, p. 8) afirma, falando mais precisamente da mulher negra, que

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero.

Isso significa que as experiências vividas pela mulher branca e pela mulher negra não se configuram de modo igual, pois a mulher negra carrega uma outra dimensão que é a cor da sua pele, que implica a discriminação racial e que, aliada às questões de gênero, configura determinado processo de preconceito e discriminação.

Assim, muitas mulheres negras questionavam suas especificidades quando participavam do movimento de mulheres, pois viviam situações que as mulheres brancas não viviam.

No que diz respeito ao movimento negro, que discute a discriminação racial, esse acontecia entre mulheres negras e homens negros. Ambos sofrem discriminação racial; contudo, a mulher negra tem experiências que as levam a ser discriminadas enquanto mulheres, experiências essas que os homens não vivem. Nesse sentido, mulheres negras que participam do movimento negro reivindicam especificidades que os homens negros não vivenciam.

E é nesse sentido que a interseccionalidade vem atuar, pois as chances das mulheres em si não se configuram igualmente entre os homens, sejam eles brancos ou negros.

Quando realizamos a intersecção entre raça e gênero, o quadro se modifica ainda mais, pois mulheres negras estão na base da pirâmide,

seguida de mulheres brancas, homens negros e, no topo da pirâmide, homens brancos.

Assim, quando pensamos no sucesso das mulheres na sociedade, identificamos as mulheres negras como aquelas que terão menores chances nessa cadeia social. Kimberle Crenshaw (2004, p. 9) traz um exemplo muito esclarecedor:

A prática dos direitos humanos no campo do gênero, por exemplo, desenvolveu-se afirmando que “os direitos humanos são direitos das mulheres” e que “os direitos das mulheres são direitos humanos”. Isso reflete o fato de que, tradicionalmente, o entendimento era que quando as mulheres vivenciavam situações de violação dos direitos humanos, semelhantes às vivenciadas por homens, elas podiam ser protegidas. No entanto, quando experimentavam situações de violação dos direitos humanos diferentes das vivenciadas pelos homens, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam exatamente o que fazer. Se uma mulher fosse torturada por suas crenças políticas da mesma maneira que um homem, esse fato podia ser reconhecido como uma violação dos direitos humanos. Se ela fosse estuprada ou forçada a engravidar ou a se casar, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam como lidar com esses fatos, porque eram especificamente relacionados a questões de gênero.

No exemplo anterior fica claro que homens e mulheres vivenciam situações específicas do seu gênero e que não podem ser abordadas pela mesma perspectiva. A autora continua:

Assim, tanto as questões de gênero como as raciais têm lidado com a diferença. O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os

homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/raacial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade. (CRENSHAW, 2004, p. 9).

Assim, a interseccionalidade levanta o desafio de pensarmos as discriminações vivenciadas por mulheres não apenas na dimensão de gênero, mas também na relação com outras categorias e, no caso desta pesquisa, na relação com raça. Isso não significa que outras categorias não possam ser relacionadas, como classe social, o que nos faz pensar em mulheres pobres e mulheres negras, e ainda em mulheres negras e pobres.

Após discutirmos algumas ideias e conceitos importantes para os debates sobre gênero e raça na escola, principalmente no que diz respeito à perspectiva das professoras, seguimos para o terceiro capítulo: os dados da pesquisa.

3 GÊNERO E RAÇA NA ESCOLA: A PERSPECTIVA DAS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS – OS DADOS DA PESQUISA

Importa aqui fazer alguns apontamentos no que diz respeito a como a revisão bibliográfica foi desenvolvida nesta pesquisa. Nesse sentido, considerando que nosso objetivo foi compreender a perspectiva das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis em relação às questões de gênero e raça na escola, definimos algumas palavras-chave que pudessem servir de busca no Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim, essas palavras se constituem em guia nas produções acadêmicas (teses e dissertações) em relação ao tema.

Desse modo, as palavras-chave usadas no campo de busca e filtros foram: professoras, gênero, raça e escola. Entendemos que essas são as palavras que melhor definem nossa busca no alcance do objetivo traçado.

Diante dos resultados de busca, inúmeros trabalhos surgiram (apresentamos os números mais à frente), mas selecionamos aqueles que apresentaram em seu título, conteúdo ou resumo as palavras-chave definidas por nós. Sobre os trabalhos selecionados, aqueles que possuíam relação com o nosso tema foram analisados de acordo com a proposta deste trabalho, que foi compreender a perspectiva das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis a respeito de gênero e diversidade na escola.

Contudo, outras questões também foram analisadas nesse processo: quantas pesquisas foram desenvolvidas até então na perspectiva aqui apontada? Em que momento histórico/social as pesquisas aparecem? Quais os aspectos que podem ser ampliados a partir dessas pesquisas?

Esses são alguns questionamentos que surgiram a partir da revisão bibliográfica que realizamos. Seguimos apresentando os dados e as análises.

3.1 SUBMERGIR: OS PRIMEIROS MERGULHOS

Como informamos inicialmente, acessamos o repositório de dissertações e teses da UFSC. No primeiro momento digitamos as palavras “professora”, “gênero” e “escola”. Nesse momento não foi utilizado filtro: título ou conteúdo. Assim, apareceram 31.839 trabalhos como possibilidades. Considerando a impossibilidade de analisar todos

os 31.839 trabalhos, seguimos em frente utilizando, então, a aplicação de filtros para refinar a busca e obter um resultado mais próximo do desejado. Sendo assim, utilizamos dois filtros simultaneamente: um cujo título deveria conter as palavras-chave “professoras”, “gênero” e “raça”; e outro o conteúdo, ou seja, trabalhos que apresentassem em seu conteúdo as mesmas palavras-chave.

Desse modo, os resultados obtidos foram de 2.007 trabalhos, um número ainda bastante extenso para uma análise. Contudo, seguimos analisando sequencialmente os trabalhos na ordem em que eles apareciam, sem nenhum outro critério, selecionando somente aqueles que, de fato, continham no título ou resumo/conteúdo as palavras-chave já mencionadas.

O total de trabalhos analisados, considerando o tempo disponível para a realização da pesquisa, foi de 700 teses e dissertações, das 2.007 disponibilizadas como possibilidades. Dessas 700, selecionamos apenas aquelas que continham, de fato, uma ou mais palavras-chave. Sendo assim, restaram 142 teses e dissertações a serem analisadas.

Nesse processo de análise, dos 142 trabalhos, realizamos uma primeira análise que consistiu em separar os trabalhos por grupos de palavras. Um grupo de trabalhos que continha a palavra “escola”, seguido do grupo que discutia gênero. Outro grupo com a palavra “raça” e seus “similares”, como “etnia”, “afrodescendente” etc. E, por fim, um grupo que continha a palavra “professoras”.

Por que realizamos essa análise? Fizemos essa análise porque, à medida que caminhamos na pesquisa, percebemos que praticamente não havia trabalhos com as três palavras-chave em conjunto, conforme estabelecido inicialmente. Isso gerou alguns questionamentos como se há trabalhos envolvendo gênero, assim como trabalhos envolvendo discussões de raça/etnia ou professora e escolas. Mas por que não há trabalhos envolvendo discussões voltadas para professoras, gênero e raça?

A esse respeito, Ângela Figueiredo (2008, p. 238) nos dá uma pista:

No Brasil, a literatura sobre o tema é bastante ampla, recobrando um grande espectro relativo aos enfoques e às diferentes abordagens teóricas. Uma rápida incursão nas duas principais revistas especializadas no tema: a *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas*, publicadas com regularidade, é testemunho desta afirmação.

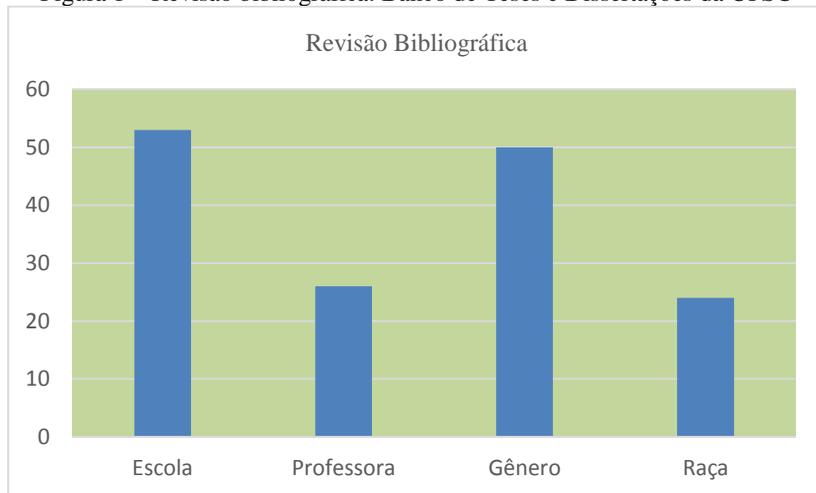
Entretanto, se procuramos, nessas mesmas publicações, artigos que abordem temas relativos ao gênero e à raça, percebemos de imediato o quanto ainda é reduzido o número de publicações.

Como é possível perceber, a autora aponta que ainda são poucos os trabalhos voltados para as discussões de gênero e raça. A isso são atribuídos fatores diversos, entre eles podemos citar a forma com que as discussões de gênero e raça iniciaram no Brasil, ou seja, as teorizações iniciais sobre gênero, ao contrário do que acontece nos EUA, não incorporaram as questões de raça.

Outro fator apontado por Ângela Figueiredo (2008, p. 238), citando Kia Caldwell (2000), é a ausência de mulheres negras nas universidades, pois são elas que prioritariamente discutem gênero e raça.

Apresentamos então, de modo a justificar os questionamentos apontados anteriormente, o gráfico com os primeiros dados da revisão bibliográfica.

Figura 1 – Revisão bibliográfica: Banco de Teses e Dissertações da UFSC



Fonte: Autora (2016).

Nesse gráfico nosso objetivo é mostrar o número de trabalhos contendo as palavras-chave selecionadas. Assim, percebemos que, dos 142 trabalhos selecionados, 54 discutiram aspectos voltados à escola. Isso demonstra que a produção acadêmica voltada para as questões

escolares vem se desenvolvendo amplamente, ou seja, dos 142 trabalhos selecionados, 37,85% envolvem discussões sobre a escola.

Contudo, vale perguntar: que discussões são essas? Ou seja, que pesquisas vêm sendo realizadas sobre a escola? Na análise observa-se que, dos 54 trabalhos produzidos envolvendo escolas, 14 estão relacionados ao tema etnia/raça e gênero, separadamente. Isso significa que, nesse universo, 25,9% das pesquisas estão voltadas para as questões de raça/etnia ou de gênero. Os demais trabalhos envolvendo escola incluem temas diversos.

Assim, podemos dizer que a Universidade Federal de Santa Catarina vem discutindo questões de raça/etnia e gênero no contexto escolar, ou seja, há um número significativo de pesquisas na área, o que contribui para a luta dos movimentos sociais voltados para as questões de raça e gênero, principalmente na escola.

Aqui valeria, para uma análise mais eficiente, um estudo mais aprofundado do período em que esses trabalhos foram realizados. Isso implicaria uma discussão sobre a partir de quando avançamos nas discussões sobre gênero, etnia e raça. Contudo, este estudo demandaria mais tempo. Mas, de antemão, admitimos que ele pode ser ampliado em estudos futuros.

Quando olhamos para os dados obtidos referentes à palavra “gênero”, percebemos que esse tema também vem sendo incluído significativamente nas discussões e nas produções acadêmicas. É um tema que também aparece nas discussões sobre escola, conforme apresentado anteriormente. Mas, em sua maioria, é relacionado a outras dimensões que não a escola. Dos 50 trabalhos identificados, ou seja, 35,71% dos 142 trabalhos, apenas seis envolvem gênero nas escolas, ou seja, ainda é um número muito pequeno.

Percebe-se, assim, que as produções acadêmicas sobre as questões étnico-raciais na escola têm avançado muito mais que as questões de gênero. Podemos inicialmente perguntar por quê. Esse também é um aspecto merecedor de um estudo mais aprofundado. Contudo, neste primeiro momento, temos apenas algumas ideias, tais como o avanço em relação à legislação a respeito da cultura afro-brasileira, ou seja, a constituição da Lei n. 10.639/03 e, conseqüentemente, da Lei n. 11.645/08 sobre o ensino de história e cultura brasileira e indígena, de extrema importância nesse aspecto.

Quanto aos trabalhos envolvendo a temática professoras, dos 142 analisados, apenas 25 estavam relacionados a essa palavra-chave, ou seja, 17,6%. Aqui vale perguntar: dessas pesquisas, alguma está

relacionada a gênero ou raça? Dito de outra forma, há discussões envolvendo professoras, gênero e raça?

A questão anterior é objeto principal desta pesquisa. Apenas dois dos 25 trabalhos se aproximaram, a princípio, do que nos propusemos a discutir. São eles: *Professoras primárias: a construção profissional de alfabetizadoras negras em Florianópolis (1950-1970)*, uma dissertação defendida em 2006 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), de Elizabete Paulina Gomes; e *Identidade e etnias na Educação: no discurso de futuras professoras*, dissertação de mestrado defendida por Maria Clemêncio, em 2001, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Há, ainda, um terceiro trabalho, contudo, esse não traz a dimensão feminina, e sim o aspecto geral, ou seja, em vez de professoras, apresenta a dimensão professores, por isso foram contabilizados apenas dois trabalhos. Afinal, nosso objetivo implica professoras, e não professores.

Mas talvez seja importante apresentá-lo, pelo aspecto que envolve gênero e instituição escolar. Assim segue: *Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo a partir de professores da creche*, uma tese de doutorado de Deborah Thome Sayão, defendida em 2005 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Antes de nos aprofundarmos nesses trabalhos, buscando identificar as discussões e as possíveis aproximações com o nosso objeto de pesquisa, vale ainda perguntar: Por que não vêm se desenvolvendo trabalhos, pesquisas acadêmicas, na Universidade Federal de Santa Catarina, referentes às perspectivas das professoras sobre gênero e raça na escola? Esse é um campo em aberto?

Discussões relacionadas à temática possibilitariam a constituição de políticas de formação, possibilitando um ensino para a diversidade e promovendo, com isso, um ensino de qualidade.

Como já mencionado em outro momento deste texto, caberia aqui um estudo mais amplo sobre os trabalhos desenvolvidos, um estado da arte sobre o tema, talvez buscando as produções no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Essa também é uma indicação de um estudo futuro.

Queremos ainda pontuar que fizemos uma segunda tentativa de identificarmos temas próximos ao nosso objeto de estudo. Adentramos mais especificamente o Repositório de Teses e Dissertações do Centro de Ciências da Educação e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Ao pesquisar nesses repositórios, são fornecidas as teses e as

dissertações pertencentes exclusivamente aos programas de pós-graduação desses centros.

Os programas pertencentes a esses centros são os que mais se aproximaram das discussões voltadas a professores/as, gênero e raça. O Centro de Ciências da Educação (CED) possui grupos de estudos voltados às discussões das relações étnico-raciais, assim como em um dos seus programas há uma linha de pesquisa que possibilita o estudo da formação de professores, o que justifica nossa procura nesse programa.

Já no que se refere ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), esse possui o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que inclusive desenvolveu a especialização à qual esta pesquisa está vinculada: Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. O GDE teve sua primeira versão em 2009 como projeto de extensão e agora, em 2016, como curso de especialização.

Mesmo com essa nova procura, não identificamos nada além dos trabalhos já mencionados.

3.2 SUBMERGINDO: UM POUCO MAIS FUNDO

Em busca de respostas para o nosso objeto de estudo, procuramos desenvolver uma leitura mais detalhada sobre os dois primeiros trabalhos citados e que, no primeiro momento, julgamos ter proximidades com as nossas discussões.

Assim, olhamos inicialmente para o objeto de estudo desses trabalhos. A dissertação de Elizabete Gomes (2006), intitulada *Professoras primárias: a construção profissional de alfabetizadoras negras em Florianópolis (1950-1970)*, teve por objetivo, nas palavras da autora,

Identificar nas trajetórias escolares discentes e docentes de professoras negras, alfabetizadoras da rede pública, nascidas na década de 1930, na grande Florianópolis, o impacto da escolarização e a inserção no mercado de trabalho, considerando que esta condição profissional configurou ascensão social, contrariando uma lógica histórica de exclusão social e educacional. (GOMES, 2006, p. 9).

Assim, embora o trabalho tratasse de professoras e levantasse a discussão de raça, esse buscou compreender a constituição das mulheres

negras enquanto professoras negras e sua inserção no mercado de trabalho. Isso considerando a lógica de exclusão dessas mulheres, que acabam, muitas delas, seguindo outro caminho que não a formação profissional. Sendo assim, neste trabalho não foi possível verificar a perspectiva das professoras sobre gênero e raça na escola.

Desse modo, seguimos analisando a segunda dissertação, de Maria Clemêncio (2001, p. 6), cujo título é *Identidade e etnias na Educação: no discurso de futuras professoras*. Seu objetivo foi “[...] identificar, como a diversidade etnocultural aparece nos cursos de formação de Professores em Florianópolis”, ou seja, o objetivo da pesquisa foi identificar como tem sido tratada a questão da diversidade étnico-racial no curso de formação em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Maria Clemêncio (2001) desenvolveu esse estudo porque acreditava, assim como nós nesta pesquisa, que as questões etnoculturais devem ser tratadas na escola como forma de superação do preconceito, da discriminação e da exclusão sofridos por crianças que não fazem parte de uma cultura branca. Desse modo, a autora pensa que, para as questões etnoculturais serem abordadas nas escolas, precisam inicialmente ser trabalhadas nos cursos de licenciatura, no caso da autora, da Pedagogia.

Do mesmo modo, quando nos preocupamos em compreender qual a percepção das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis a respeito de gênero e raça na escola, temos o entendimento de que essa compreensão pode levar as professoras a discutirem ou não o tema na escola. Essa preocupação está diante do fato de que precisamos que a escola trabalhe essas questões como forma de superação da discriminação e do preconceito.

A autora, no desenvolvimento do seu estudo, realizou entrevistas com as alunas do curso de Pedagogia como forma de identificar em seus discursos a presença ou não das questões etnoculturais na formação. Ao analisar as entrevistas, Maria Clemêncio (2001, p. 57), implicitamente, indica qual é a concepção das alunas a respeito da temática e sua aplicação nas escolas:

Nossa primeira constatação é de não parece existir dúvidas quanto a existência da diversidade etnocultural na escola, as alunas reafirmam isso. No entanto, a prática pedagógica ainda está distante deste universo, se ouve falar, se discute nas “entrelinhas”, mas não se incorpora de modo

sistemático na formação de professores e conseqüentemente não se possibilita que esta possa chegar até as salas-de-aula.

Nos discursos das alunas entrevistadas, observa-se o quanto ainda se tem por fazer para incorporar a diversidade étnica na prática pedagógica.

É importante chamar a atenção para o fato de que essa dissertação foi defendida em 2001. Desde então, já obtivemos alguns avanços nas discussões sobre as relações étnico-raciais, principalmente com a introdução das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que tratam da obrigatoriedade do estudo da cultura afro-brasileira e indígena.

Contudo, sabemos o quanto no Brasil são lentas a introdução e a aplicação das leis. Consideramos ainda que a discussão está para além de sua aplicação, mas sim na inclusão de crianças e jovens de outra raça-etnia que não a branca. E isso muitas pesquisas têm mostrado que no Brasil ainda é um desafio.

Assim, a pesquisa da autora ainda se mostra bastante relevante, dando-nos pistas do quanto é importante compreendermos a percepção das professoras sobre o tema, principalmente de modo a contribuirmos para a sua formação.

Outro ponto importante abordado por Maria Clemêncio (2001, p. 59) é o desconforto de algumas alunas negras em falar sobre o tema.

Observa-se que das alunas entrevistadas, a questão da origem étnica e da raça, nem sempre são tranquilas, ao serem indagadas sobre sua pertença racial e étnica tiveram uma certa relutância em afirmar com firmeza a sua pertença, uma por desconhecerem sua verdadeira origem, outra por uma certa dificuldade de aceitação da identidade étnica.

Quando iniciamos as discussões sobre a percepção das professoras da rede pública de Florianópolis a respeito de gênero e raça, pensamos principalmente em relação às professoras negras que essa percepção poderia estar permeada pela sua visão de mundo e pelo seu sentimento de pertencimento e que, portanto, tal contexto poderia influenciar sua compreensão e, logo, suas práticas. É nesse sentido que trazemos para a reflexão a citação anterior, pois indica sentimentos das futuras professoras que podem ou não limitar suas ações.

Esses foram os dois trabalhos analisados mais de perto. O terceiro, em se tratando de professores, a sua inserção na educação infantil e como são vistos, não foi analisado, embora tenha uma dimensão de gênero presente.

Como pudemos perceber, apenas a pesquisa de Maria Clemêncio (2001), dos 142 trabalhos pesquisados, nos possibilita algumas reflexões indiretas, pois não traz a perspectiva das professoras da rede pública de Florianópolis a respeito de gênero e diversidade, mas apenas pequenas pistas. Isso porque o trabalho aborda muito mais as questões de raça/etnia, sem apontamentos às questões de gênero.

Assim, diante do estudo realizado, ao desenvolvermos a revisão bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina, não foi possível identificar/compreender a percepção das professoras da rede pública de ensino de Florianópolis.

Percebemos que esse ainda é um trabalho que está para se desenvolver. Nesse sentido, seria necessária uma nova pesquisa se utilizando de entrevistas, ou até mesmo um grupo focal com professoras da rede pública de ensino de Florianópolis, pois somente assim seria possível avançarmos nesta pesquisa e alcançarmos o objetivo aqui proposto.

De antemão, afirmamos nosso desejo de dar continuidade à problemática em trabalho futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos esta pesquisa, tivemos como objetivo identificar e compreender a perspectiva das professoras da rede pública de Florianópolis a respeito de gênero e diversidade na escola. Isso a partir de uma revisão bibliográfica desenvolvida por meio do Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina.

Este estudo nos possibilitou algumas reflexões, entre elas, o avanço das discussões, das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, a respeito das relações étnico-raciais, atribuindo isso à luta dos movimentos sociais e do movimento negro e também à conquista da implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08.

Percebemos também que é preciso avançar em pesquisas acadêmicas envolvendo gênero e escola. Isso significa que a escola carece de estudos voltados para as questões de gênero, fato que contribuiria para o rompimento de práticas discriminatórias, de homofobia.

Outro aspecto importante percebido nesta pesquisa foi a falta de estudos envolvendo professora, gênero e raça, refletindo sobre as suas concepções, compreensões e perspectivas, principalmente no que diz respeito à rede pública de ensino de Florianópolis. Nesse sentido, esse é um campo de estudo em aberto.

A análise bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da UFSC não nos indicou trabalhos desenvolvidos sobre a problemática, apenas o trabalho de Maria Clemêncio (2001), dos 142 pesquisados, se aproximou das discussões a que nos propusemos, principalmente quando dialoga com as questões étnico-raciais. Contudo, não traz as questões de gênero.

Nesse sentido, será necessário o desenvolvimento de uma nova pesquisa se utilizando de entrevistas, ou até mesmo um grupo focal, pois somente assim será possível avançarmos nesta pesquisa e alcançarmos o objetivo aqui proposto.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de.; LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

BARRETO, Andreia et al. Diversidade, diferenças e interculturalidade. In: GROSSI, Miriam Pillar et al. **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**: Livro I. Tubarão: Copiart, 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo 2**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Disponível em: <brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

BORGES, Zulmira Newlands et al. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 39, p. 21-38, jan./abr. 2011.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

CLEMÊNCIO, Maria Aparecida. **Identidades e etnias na Educação**: no discurso de futuras professoras. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Ed. UFBA, 2008.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA. **Formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SP, 2009.

GOMES, Elizabete Paulina. **Professoras primárias: a construção profissional de alfabetizadoras negras em Florianópolis (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: Secad/MEC, 2005.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar et al. **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**: Livros I, II, III, V e IV. Tubarão: Copiart, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em Sociologia**: educação e pesquisa. São Paulo, 2003.

_____. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA; Ed. UFBA, 2008. p. 63-82.

LOPES, Tania Aparecida. **Professoras negras e o combate ao racismo**: um estudo sobre a auto-percepção de professoras negras da rede pública de educação do estado do Paraná, de escolas localizadas no bairro Boqueirão, do município de Curitiba, acerca de suas práticas de combate ao preconceito e discriminação racial no interior da escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MADUREIRA, Ana Flavia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Trends in Psychology**, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MAGGIE, Yvonne. Noções de raça, racismo, etnicidade e desigualdades raciais pela igualdade. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola: Livro IV, Módulo IV**. Florianópolis: Copiart, 2015. p. 21-46.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi et al. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 32, p. 25-46, 2011.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1998. 98 p.

MORGAN, David L. **Focus Group as Qualitative Research**. London: Sage, 1997.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Rio de Janeiro: UFF, n. 5, 2004.

OLTRAMARI, Leandro. Educação, diversidade e direitos humanos: a formação de professoras a partir da alteridade radical. In: LAGO, Mara Coelho de Souza et al. (Org.). **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola: Livro III**. Tubarão: Copiart, 2015.

RIZZATO, Liane Kelen. **Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia**: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação de São Paulo, São Paulo, 2013.

SABINO, Patrícia da Costa. **Táticas/astúcias**: modelações de professores a partir de prescrições curriculares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro, 4-6 set. 1995.

_____. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**.

Coimbra, 1999. Oficina do CES, n. 135. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero na educação infantil**: um estudo de professores em creche. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras negras**: construindo identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

STOLKE, Verena. O enigma das intersecções: classe, “raça”, sexo, e sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: LAGO, Mara Coelho de Souza et al. **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**: Livro IV, Módulo IV. Tubarão: Copiart, 2015. p. 89-120.

TAMANINI, Marlene. Cosmologia e o mundo das deusas: as raízes da desigualdade. In: SARTORI, Ari José et al. (Org.). **Gênero na Educação**: espaço para a diversidade. Florianópolis: Genus, 2004.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no *marketing* político. **Opinião Pública**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2001.

VYGOTSKY, Levy S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de Jose Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.